

3

A linguagem das emoções: desafio à Gramática Moral Universal

Como demonstrado anteriormente, a GMU oferece uma possível explicação para a origem das intuições morais e o fenômeno da estupefação moral, que ocorre quando um indivíduo manifesta uma intuição moral, mas não encontra meios de justificá-la ou argumentar a seu favor. Essa explicação passa por admitir que os seres humanos possuem uma estrutura moral cognitiva responsável por identificar os estímulos externos (situação moral) e, aplicando regras próprias de conversão, transformá-los em descrições estruturais adequadas, às quais são atribuídas princípios deônticos inatos, produzindo-se assim a intuição moral.

Trata-se de uma explicação plausível que conta com inúmeros adeptos, mas não é a única. Teóricos como Jesse Prinz e Joshua Greene, por exemplo, sustentam razões substancialmente diferentes para compreender as mesmas intuições morais e criticam a abordagem da analogia linguística por desconsiderar o papel fundamental que exercem as emoções nesse processo.

Segundo o psicólogo e filósofo Joshua Greene, o que nos leva a expressar uma convicção moral ainda que sem razões para justificá-la, como no caso do bondinho desgovernado, são fundamentalmente nossas emoções, e não uma função inconsciente estritamente cognitiva. Por exemplo, a diferença das reações nos famosos dilemas da Ponte e do Observador reside, fundamentalmente, no fato de que o primeiro tende a estimular nossas emoções de uma forma mais significativa que o segundo. Isso porque, naturalmente, a ideia de causar a morte de alguém empurrando uma pessoa com as próprias mãos de encontro a um bondinho é mais relevante emocionalmente do que ativar uma alavanca que desviará o percurso do bondinho causando o mesmo resultado⁴¹. O fato de que as emoções sejam mais afetadas diante de certas situações interfere diretamente nas intuições e nos julgamentos morais produzidos.

⁴¹ GREENE, J. et al. A fMRI Investigation of Emotional Engagement in Moral Judgment. *Science*, v. 293, 2001, p. 2106.

Assim, seriam as emoções, e não uma faculdade moral inata, as principais responsáveis por reger grande parte dos julgamentos e decisões morais humanos. Para determinar quando as emoções atuam com maior ou menor intensidade, é fundamental entender a distinção entre os dilemas morais “pessoais” e “impessoais” e, em seguida, analisar os processos que atuam em cada uma dessas categorias para a formação dos julgamentos morais.

3.1

Dilemas morais pessoais x impessoais

Para compreender melhor as diferenças das intuições morais manifestadas em casos como o da Ponte e do Observador, Greene elaborou uma definição de “dilemas pessoais”, na tentativa de capturar aquilo que essencialmente distingue esses dois casos⁴². Dilemas pessoais seriam aqueles que envolvem o julgamento de violações morais pessoais. Uma violação moral é pessoal quando ela cumpre os seguintes critérios: (i) ela tende a causar um dano físico grave; (ii) este dano deve atingir uma ou mais pessoas específicas; e (iii) este dano não deve ter sido resultado do desvio de uma ameaça existente sobre um terceiro (a causa do dano pode ser diretamente atribuída ao agente moral)⁴³. Um claro exemplo de um dilema pessoal é o caso da Ponte (onde a pessoa estranha é diretamente empurrada pelo agente sobre os trilhos do trem) e um exemplo de um dilema impessoal seria o do Observador (onde há apenas o desvio de uma ameaça existente). A tese de Greene é a de que os julgamentos de dilemas pessoais são muito mais afetados por respostas emocionais do que os impessoais.

⁴² Greene hoje reconhece que essa distinção pode não ser a mais adequada para captar a essência daquilo responsável por provocar julgamentos tão diferentes nestes dois casos. Em GREENE, J. The Secret Joke of Kant's Soul. Disponível em <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-KantSoul.pdf> Acessado em 27 de fevereiro de 2012). No entanto, até que se elabore uma explicação adequada, o autor tem se valido desta que, segundo ele, explica satisfatoriamente o problema pelo menos em parte.

⁴³ O autor resume os critérios para considerar um dilema moral como pessoal na seguinte frase: “ME HURT YOU”, onde “HURT” simboliza os danos causados pelas violações morais mais primitivas; “YOU” lembra que a vítima deve ser claramente representada como um indivíduo reconhecível e “ME” captura a ideia de “agência”, de que a ação seja causada diretamente e de forma voluntária. Em GREENE, J. et. al. The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgment. *Neuron*, v. 44, 2004, p. 389-400.

Greene e seus colaboradores afirmam ter respaldo empírico para sua tese. Um dos resultados comprovados em experimentos realizados com equipamentos de ressonância magnética (fMRI)⁴⁴ foi o de que determinadas áreas do cérebro, associadas às emoções, se tornam mais ativas durante o enfrentamento de dilemas morais que envolvem o agente de forma mais pessoal, como o problema da Ponte, do que diante de dilemas onde o sacrifício se dá de maneira mais impessoal, como no caso do Observador. Estes experimentos também demonstraram que os processos fisiológicos acionados em dilemas morais “impessoais” (ex. caso do observador) se assemelham muito mais aos revelados em dilemas não-morais (ex. uma decisão sobre viajar de bondinho ou de ônibus dadas certas restrições de horário), do que àqueles observados em dilemas morais “pessoais” (ex. caso da ponte).

Outro exemplo ilustrativo testado por Greene e pesquisadores associados ajuda a confirmar os resultados acima mencionados⁴⁵. Neste experimento, onde também se utilizou a ressonância para analisar a atividade cerebral dos participantes, apresentaram-se duas situações aos voluntários. Na primeira delas, uma pessoa está dirigindo por uma estrada quando escuta um pedido de ajuda. Depois de parar o carro, ela se depara com um homem caído no chão com as pernas cobertas de sangue. Este homem explica que estava fazendo uma trilha quando sofreu um acidente e, se não chegar rápido a um hospital, vai acabar perdendo a perna. No entanto, o motorista sabe que, se colocar o homem acidentado em seu carro, muito provavelmente manchará o banco de couro recém instalado no automóvel. A maioria das pessoas entrevistadas afirma categoricamente que seria absolutamente condenável do ponto de vista moral que o motorista seguisse seu caminho sem prestar assistência ao homem ferido.

Em seguida, os participantes são confrontados com outra situação. Nesta, uma pessoa está confortavelmente em casa quando recebe uma correspondência de uma reconhecida organização internacional de ajuda humanitária. Trata-se de um pedido de doação no valor de 200 dólares. A carta explica que, com este valor,

⁴⁴ GREENE, J. et. al. The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgment.

⁴⁵ GREENE, J. From neural ‘is’ to moral ‘ought’: what are the moral implications of neuroscientific moral psychology? *Nature Reviews*, v. 4, 2003, p. 847-850.

será possível prestar assistência médica a pessoas muito pobres em um país distante. Seria errado moralmente recusar o pedido de doação para economizar esse dinheiro? Agora, a maioria dos participantes responde que não⁴⁶.

O resultado nos dois casos seria bastante semelhante: sacrificar bens de valor equivalente (supondo que o conserto do banco de couro no caso anterior custasse aproximadamente 200 dólares) para proporcionar assistência médica a pessoas necessitadas. No entanto, no primeiro caso, a pessoa que recusa ajudar é imediatamente condenada, enquanto que, no segundo, admite-se que o indivíduo deixe de fazer a doação solicitada para guardar o dinheiro. Novamente, a ressonância magnética indica que no caso do atleta acidentado, onde a violação moral por omissão ocorre de forma pessoal e direta, constata-se uma atividade muito maior nas áreas cerebrais associadas com as emoções do que no caso do dilema moral impessoal, da doação.

Greene acredita que uma boa explicação para este fenômeno seria a de que o cérebro humano está constituído de tal forma que é capaz de acionar uma série de reações emocionais diante de vítimas que sejam identificáveis e que se encontrem próximas, mas é incapaz de produzir a mesma reação quando o sofrimento alheio se dá de maneira distante e impessoal. O filósofo não acredita haver um princípio moral por trás destas reações instintivas, mas não descarta que elas possam ter origens evolutivas.

Considerando, por exemplo, que a evolução da espécie humana se deu primordialmente em um contexto no qual somente era possível causar um dano a alguém que estivesse próximo, não deveria surpreender que as pessoas tenham reações tão fortes contra a violência interpessoal. Essa resposta biológica ajudou a que comunidades de indivíduos propensos a cooperar e dispostos a fazer sacrifícios pessoais pudessem perseverar. Este mecanismo evolutivo explica também a ausência do alarme emocional em casos de danos causados ou

⁴⁶ Estes exemplos foram inspirados por contribuições do filósofo utilitarista Peter Singer. Para mais informações, consultar: SINGER, P. *Famine, affluence, and morality*. *Philos. Public Affairs* v. 1, 1972, p. 229–243.

permitidos de forma impessoal (seja diretamente ou pela omissão em oferecer ajuda). Nessas situações, prevalecem as reações alcançadas de maneira predominantemente cognitiva, muitas vezes através de um cálculo de custo-benefício.

Essas descobertas ajudam a corroborar a hipótese de que as emoções possuem um papel fundamental na produção de julgamentos morais, principalmente no caso dos dilemas pessoais, nos quais a forte influência das emoções é evidente. No entanto, na falta delas, ou quando a sua influência não se constata com a mesma intensidade, faltaria explicar que classe de processos mentais se encarregam de produzir os julgamentos morais (qual a relação das emoções com o inconsciente? Por que as emoções não podem fazer parte da gramática moral?). Se diante dos certos dilemas mais impessoais, os indivíduos tendem a favorecer uma resposta utilitarista (por exemplo, aprovando a morte de uma pessoa para salvar cinco), a teoria de Greene estaria incompleta se não buscasse compreender os mecanismos cognitivos por trás destes julgamentos.

3.2

Greene: teoria da dualidade de processos

Greene reconhece que apesar de se ancorarem principalmente nas emoções (processos automáticos), os julgamentos morais muitas vezes contam com a interferência da razão e do autocontrole (processos cognitivos controlados)⁴⁷. Pesquisas conduzidas por Greene revelam a ocorrência de um verdadeiro conflito entre diferentes áreas do cérebro ao encarar certos tipos de situações desafiantes do ponto de vista moral. É precisamente este conflito entre respostas cerebrais contraditórias para uma mesma situação moralmente relevante que constituem o que se reconhece como dilema moral⁴⁸.

⁴⁷ GREENE, J.; CUSHMAN, F. Finding faults: how moral dilemmas illuminate cognitive structure. Disponível em <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Cushman-Greene-FindingFaults-HandbookSocNeuro.pdf>. Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

⁴⁸ GREENE, J. D. The Secret Joke of Kant's Soul.

Para investigar a fundo este fenômeno, Greene aplicou com sua equipe um novo experimento com base em dilemas morais pessoais que também pudessem provocar uma forte tensão entre fatores cognitivos e emocionais. Um dos dilemas testados, por exemplo, foi o do “bebê chorando”⁴⁹. A situação se passa em tempos de guerra e um grupo de pessoas está escondido em um porão. Os soldados inimigos estão muito próximos. Uma das pessoas tem nos braços o filho bebê que começa a chorar em alto volume. Se o barulho perdurar uns segundos mais, todos os que estão escondidos no porão serão assassinados. A única forma de evitar esse desfecho é cobrir a boca do bebê, o que certamente o asfixiaria até a morte. Seria moralmente permissível agir dessa forma?

Este caso apresenta um desafio especial: “para maximizar o bem-estar geral (neste caso, salvar a maior quantidade de vidas), o indivíduo precisa cometer uma violação moral extremamente pessoal (asfixiar o próprio bebê)”⁵⁰. A reação dos participantes comprovou a dificuldade desse dilema moral pessoal. Eles levaram um tempo considerável para reagir e não manifestaram respostas consensuais. Isso porque, segundo os pesquisadores, a resposta emocional contrária a matar o bebê compete com a ideia mais abstrata, ou mais “cognitiva”, de que, em termos de ameaçar/salvar vidas, não há nada a perder e muito a ganhar com essa ação.

Os pesquisadores mediram a atividade neurológica dos participantes dos experimentos quando aprovavam atitudes como a de sufocar o bebê e compararam com a atividade presente em outros dilemas supostamente mais simples, por não envolverem um conflito tão intenso entre a resposta emocional e a cognitiva. Um exemplo deste tipo de dilema seria o “infanticídio”, onde os participantes são questionados sobre a aprovação moral da conduta de uma mãe adolescente que deseja matar seu filho recém nascido por não se sentir em condições de criá-lo.

Em casos assim, a resposta emocional se impõe com muito mais força frente ao fator cognitivo, que é muito mais frágil ou até inexistente. Na ausência

⁴⁹ GREENE, J. et al. The Neural Basis of Cognitive Conflict and Control in Moral Judgment.

⁵⁰ GREENE, J. et al. The Neural Basis of Cognitive Conflict and Control in Moral Judgment, p. 391

de um conflito significativo entre o sistema emocional e o cognitivo, o tempo de reação do participante é muito menor, e os níveis de atividade em áreas cerebrais associadas à detecção de conflitos cognitivos e à implementação do controle cognitivo e ao raciocínio abstrato também. Também se constatou que a atividade nessas áreas cerebrais é muito maior nos casos em que os participantes aprovam moralmente a conduta de asfixiar o bebê do que nos casos em que eles a reprovam. Estes resultados evidenciam ainda mais a influência dos processos mentais cognitivos em respostas utilitaristas.

Resultados semelhantes foram encontrados ao medir a atividade cerebral dos participantes durante a exposição aos problemas do bondinho. Dilemas pessoais como o da Ponte ativam principalmente áreas do cérebro associadas a respostas emocionais, e os impessoais provocam uma atividade consideravelmente maior em regiões cerebrais associadas à cognição⁵¹. Igualmente ao caso do bebê chorando, o tempo médio de reação dos participantes que aprovaram a conduta do agente que comete uma agressão pessoal também foi mais longo do que em casos de reprovação, o que indica que provavelmente esses indivíduos tiveram que “lutar” contra o seu impulso emocional para chegar a essa resposta. Essa diferença não é constatada nos dilemas impessoais como o do Observador, já que nesses casos não há uma resposta emocional relevante a combater.

Um experimento mais recente, também conduzido por Greene e colaboradores⁵², testou dilemas como o da Ponte e o do bebê chorando em pessoas submetidas a uma carga cognitiva adicional, neste caso, uma sequência de números que percorria a tela do computador durante o período de deliberação. Foi constatado, como previsto, que os participantes submetidos a esta condição estiveram menos propensos a manifestar reações consequencialistas que os demais participantes. Esses resultados confirmam o entendimento de que esse tipo de julgamento está associado às regiões do cérebro responsáveis por processos cognitivos.

⁵¹ GREENE, J. The Secret Joke of Kant's soul, p. 12.

⁵² CUSHMAN, F.; YOUNG, L.; GREENE, J. Our multi-system moral psychology: towards a consensus view. Disponível em : http://www.wjh.harvard.edu/~cushman/research/Research_files/MPRG_1.pdf Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

3.3

Surgimento das regras morais: racionalização *post-hoc*

Enquanto teóricos partidários da analogia linguística afirmam a existência de princípios morais inatos como origem das intuições morais, Greene defende o oposto. Para o autor, as regras morais nascem da necessidade dos seres humanos de encontrar uma explicação racional para intuições morais de origem emocional⁵³. Essa tese tornou-se famosa com o artigo de Jonathan Haidt “The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment”. Nele, Haidt demonstra essa tendência à “racionalização post-hoc”, ou seja, uma inclinação involuntária dos seres humanos em explicar reações emocionais com argumentos racionais.

Por exemplo, ao “sentir” uma forte emoção negativa contrária a ideia de atirar o homem contra os trilhos do bondinho no caso da Ponte, as pessoas buscam encontrar justificativas para essa reação alegando que isso seria violar os *direitos* desse homem, e que isso é *errado* ou está *proibido*. Essa seria a origem das regras morais. Diante da necessidade de racionalizar intuições morais que nascem principalmente a partir das emoções de maneira inconsciente, os seres humanos constroem, também de forma inconsciente, regras e princípios, e atribuem a eles a fonte das suas intuições. À diferença dos autores da analogia linguística, segundo esta tese, as faculdades racionais funcionariam mais como “um advogado contratado para defender um cliente do que como um cientista desinteressado em busca da verdade”⁵⁴.

Levando essa tese às últimas consequências, Greene chega a sugerir que essa teria sido também a fonte de doutrinas filosóficas inteiras que se baseiam na existência de princípios morais universais, invioláveis e atemporais para extrair códigos morais de conduta. Esse é o caso da deontologia. Teorias morais deontológicas defendem a existência de princípios morais absolutos e invioláveis por seu valor intrínseco, independentemente dos resultados alcançados com o seu

⁵³ GREENE, J. The Secret Joke of Kant’s soul, p. 35.

⁵⁴ JONES, D. The emerging moral psychology. *Prospect Magazine*, n. 145, 2008. Disponível em <http://www.prospectmagazine.co.uk/2008/04/theemergingmoralpsychology/> Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

cumprimento. Kant, o principal representante dessa corrente de pensamento, defende, por exemplo, que uma pessoa jamais possa ser usada como meio para alcançar outros fins, por mais nobres que eles sejam⁵⁵. Segundo Greene, esse pensamento tem sua origem, em última instância, nas emoções morais:

Nós temos fortes sentimentos morais que nos dizem de forma incerta, mas clara, que algumas coisas *simplesmente não podem se feitas* e outras *precisam ser feitas*. Mas não sabemos explicar bem esses sentimentos, então, com a ajuda de alguns filósofos especialmente criativos, desenvolvemos uma história racionalmente convincente: as pessoas estão dotadas de certos direitos, que são invioláveis. Não importa se o sujeito que está sobre a ponte tem os seus dias contados ou se há sete pessoas sobre os trilhos ao invés de cinco. Se uma pessoa tem um direito, *ela tem um direito*. (...) Acredito que a deontologia é uma expressão cognitiva natural das nossas emoções mais profundas⁵⁶. (tradução minha, grifos do autor)

Da mesma forma que Greene acredita existir uma correspondência inegável entre o conteúdo da filosofia deontológica e as propriedades funcionais das emoções que disparam os julgamentos morais, o pesquisador aposta em uma correspondência equivalente que ligaria a filosofia consequencialista às propriedades funcionais de processos cognitivos⁵⁷. Ao contrário dos deontologistas, para os filósofos consequencialistas, são precisamente os resultados das ações que determinam o seu valor moral, e não princípios e regras abstratos e inflexíveis. O utilitarismo de Mill por exemplo, uma emblemática vertente desse pensamento, sustenta que uma atitude moralmente correta é aquela que gera o maior bem para o maior número de pessoas. Para o consequencialismo, quase tudo é negociável e as respostas só podem ser dadas caso a caso, pois elas requerem uma análise de todas as variáveis possíveis, e todos os julgamentos morais podem ser revistos com base em novos elementos que se agreguem ao cenário inicial⁵⁸. Todas essas características conferem ao consequencialismo um caráter extremamente “cognitivo”⁵⁹.

⁵⁵ KANT, I. *Grounding for the metaphysics of morals*. 3ª ed. Indianapolis: Hackett, 1993, p. 30.

⁵⁶ GREENE, J. The Secret Joke of Kant's soul, p. 36-37.

⁵⁷ GREENE, J. The Secret Joke of Kant's soul, p. 37.

⁵⁸ Vale observar que Greene não entra em detalhes para descrever exatamente o que entende por deontologia e consequencialismo quando emprega estes termos. Ambas as correntes da filosofia moral possuem inúmeras vertentes e variações. Em resposta a um crítico, Greene se limitou a afirmar que a deontologia que ele estava colocando em xeque era uma “deontologia de base” (*‘ground-level’ deontology*): uma postura filosófica comprometida com posições normativas que podem ser consideradas “tipicamente deontológicas” e que necessariamente entra em choque com o consequencialismo (ver GREENE, J. Reply to Mikhail and Timmons. Disponível em

Em suma, segundo este cenário, o clássico e acirrado debate na filosofia moral entre deontologia e consequencialismo poderia encontrar suas raízes na psicologia, já que ambas as propostas encontram correspondência nos mecanismos empregados pela mente humana no momento de emitir julgamentos morais. Colocando essas considerações em perspectiva, Greene chega mesmo a afirmar que “a filosofia de Kant, Mill e outros são apenas as pontas de dois grandes icebergs psicológicos”⁶⁰. Os desdobramentos e implicações normativas dessas afirmações são analisados em mais detalhe no capítulo seguinte.

3.4

Das emoções às normas sociais

Jesse Prinz, assim como Greene, se baseia nas emoções para questionar a atribuição da origem dos julgamentos morais a faculdades morais inatas. O filósofo, que dirige severas críticas aos defensores da analogia da linguagem, defende que a postura moral dos seres humanos provém principalmente de sistemas emocionais e regras socialmente transmitidas. Com base em pesquisas como aquelas realizadas por Greene, ele vai além da afirmação de que as emoções precedem a moral, afirmando que são elas que *constituem* as razões morais (“se digo que uma dada conduta é moralmente errada, é porque tenho um sentimento

<http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-KantSoul.pdf> Acessado em 27 de fevereiro de 2012). Greene tampouco esclarece a que tipo de consequencialismo se refere quando defende essa postura normativa. No entanto, os seus comentários parecem se referir exclusivamente a um consequencialismo de atos (o fato de um ato ser moralmente correto depende das suas consequências e não do valor do ato em si). Em nenhum momento, Greene manifesta conhecimento de outras vertentes consequencialistas, como o consequencialismo de regras, que defende que as regras são moralmente corretas se a sua observância maximiza o bem geral.

⁵⁹ Greene esclarece que essa distinção não implica dizer que as emoções não participem do pensamento consequencialista. Elas podem exercer, por exemplo, uma influência informando que elementos devem ser levados em consideração para a apreciação moral (“isso é importante”). No entanto, essa influência é exercida de maneira muito diferente daquela pela qual a deontologia se expressa, onde as emoções atuam como uma espécie de alarme (“não faça isso!”), e ainda que admitam ponderações, estão feitas para dominar a decisão, e não simplesmente influenciá-la. Ver GREENE, J. *The Secret Joke of Kant's soul*, p. 44.

⁶⁰ GREENE, J. *The Secret Joke of Kant's Soul*, p. 4.

negativo de desaprovação em relação a ela”)⁶¹. O autor defende ainda que “se os julgamentos morais são sentimentais, as regras morais são passíveis de serem aprendidas”⁶².

Assim, o que os indivíduos expressam como justificações de que algo é moralmente errado são representações diretas de ações que lhes geram emoções negativas. Isso porque, para Prinz, a palavra “errado” é constituída de sentimentos que dispõem aquele que utiliza o conceito a experimentar emoções de desaprovação. Por exemplo, ao afirmar que “roubar é errado” o indivíduo está manifestando que possui um sentimento negativo com relação ao roubo, ou seja, ele possui um sentimento que o pré-dispõe a sentir raiva das pessoas que roubam ou culpa, se ele mesmo comete essa conduta.

Prinz afirma que as emoções constituem julgamentos morais. Segundo ele, os julgamentos morais surgiriam mais ou menos da seguinte forma: (i) primeiro, o indivíduo percebe um evento e o categoriza (esta etapa se assemelha bastante à descrição estrutural, a primeira etapa do processo de produção de intuições morais defendido pelos partidários da analogia linguística, como demonstrado no capítulo anterior); (ii) em seguida, ele analisa se as propriedades do mesmo coincidem com eventos passados armazenados juntamente com a atitude emocional correspondente; (iii) as respectivas emoções são então disparadas; (iv) esse estado mental composto pela representação da ação e emoções correspondentes constitui o julgamento de que a ação é errada.

Observe-se que Prinz não considera o julgamento moral como uma etapa adicional ou um produto final independente desse processo. Ele é constituído pelas próprias emoções combinadas à representação da ação correspondente. Naturalmente, trata-se de uma primeira instância do julgamento que pode ser revista, contrastada com outros critérios racionais e modificada antes de ser manifestada. No entanto, o diferencial deste modelo é que ele considera que uma

⁶¹ PRINZ, J. Resisting the Linguistic Analogy: A Commentary on Hauser, Young, and Cushman. SINNOTT-ARMSTRONG, W. (ed.) *Moral Psychology, Volume 2: The Cognitive Science of Morality: Intuition and Diversity*. Cambridge: MIT Press, 2008.

⁶² PRINZ, J. Resisting the Linguistic Analogy, p. 5.

emoção sentida como reação a uma situação moral já constitui por si só uma atitude moral em relação a esta situação.

Esta tese ameaça diretamente o modelo inatista dos adeptos da analogia linguística, segundo o qual os princípios morais já nascem inscritos na estrutura cognitiva moral dos seres humanos. Segundo Prinz, as crianças não necessitam faculdades morais inatas, elas *aprendem* a “moralizar”⁶³, e, para tanto, as emoções são fundamentais. Para fundamentar esse argumento, o autor demonstra como as principais técnicas utilizadas pelos pais para ensinar regras morais se utilizam das emoções dos seus filhos (a punição física ou a ameaça da mesma, que invoca o medo; a sensibilização por mostrar o dano causado a outro; ou a impressão de diminuição de atenção ou afeto)⁶⁴. As crianças aprendem a associar essas emoções às ações praticadas e passarão a evitá-las no futuro para não sentir novamente a emoção negativa que o castigo lhes gerou (ex. medo, tristeza, vergonha). Além disso, as crianças aprendem por imitação, o que fará com que elas passem a reproduzir a mesma emoção que testemunharam em seus pais, professores ou responsáveis diante de uma transgressão moral delas mesmas ou de outro indivíduo (ex. raiva), quando estiverem diante de outras pessoas que cometam ações semelhantes. Quando isso ocorrer, a criança terá aprendido a moralizar.

Segundo Prinz, essa seria a forma pela qual as crianças adquirem regras morais, inclusive com relação a condutas que elas nunca presenciaram. As pessoas com as quais elas convivem estão constantemente emitindo juízos morais sobre comportamentos alheios, normalmente com emoções associadas. As crianças assimilam essas atitudes de maneira imitativa, sem a necessidade de uma faculdade moral inata. Assim, seja através de experiências pessoais infringindo regras morais, seja por testemunhar a reação de outras pessoas a transgressões alheias, essas regras são transmitidas, assimiladas e reproduzidas. Por exemplo, ao considerar a possibilidade de cometer uma agressão física, o indivíduo sente culpa por antecipação, e quando imagina ou testemunha outros cometendo uma ação parecida, ele sente raiva. Dessa forma, não seriam necessários princípios morais

⁶³ PRINZ, J. Resisting the Linguistic Analogy, p. 5.

⁶⁴ PRINZ, J. The emotional basis of moral judgment. *Philosophical Explorations*, v. 9, n. 1, 2006, p. 32.

inatos que condenem a agressão. As próprias emoções que sentimos diante de situações que envolvam agressividade instigam os sentimentos que constituirão a desaprovação moral.

Prinz propõe assim uma explicação não-inatista para as regras morais, sugerindo a hipótese de que essas regras tenham sido culturalmente transmitidas, com base nas emoções. Inclusive as regras morais que comandam ajudar os demais também poderiam ser consideradas fruto da evolução cultural, já que ajudar conferiria vantagens à sobrevivência e permanência dos grupos sociais. E essas regras podem ter sido transmitidas de maneira muito semelhante às proibições morais. Por exemplo, o castigo de qualquer ordem (ex. repreensão física, verbal, etc.) a alguém por não ter ajudado seu semelhante provavelmente levará a pessoa castigada a sentir culpa por sua omissão, e, futuramente, raiva com relação a outros que tenham a mesma atitude.

Provavelmente, as regras que preceituam ajudar alguém em perigo e aquelas que proíbem condutas moralmente negativas, como o homicídio, entrarão em conflito em alguns momentos, como nos famosos dilemas do bondinho. Para Prinz, nessas circunstâncias, alguns fatores devem ser levados em consideração para ponderar qual das duas regras deverá prevalecer. O primeiro deles é o grau de identificação das ações analisadas no caso concreto com a representação (aprendida) das ações de cometer homicídio e ajudar. Quanto mais a situação em questão se assemelhar a casos paradigmáticos de ajuda e homicídio, com mais força as regras morais correspondentes serão aplicadas, e quanto mais se afastarem de tais casos, mais essa aplicação se verá prejudicada. Por exemplo, um caso em que a morte é causada como efeito colateral da conduta do agente moral, ao invés de ser um resultado intencionado pelo mesmo, pode enfraquecer a aplicabilidade da regra de proibição do homicídio⁶⁵.

Outro fator que deve ser considerado em casos de conflito de regras morais é a intensidade emocional com que cada uma das regras é invocada. Por

⁶⁵ Em termos de evolução cultural, Prinz lembra também que as sociedades estão mais interessadas em condenar as pessoas com intenção direta de matar do que aquelas que estão dispostas a causar a morte de alguém como um efeito colateral de uma ação dirigida a outros fins, já que a primeira pessoa representa uma ameaça maior à coletividade do que a segunda.

exemplo, se muitas pessoas podem ser salvas com a morte de apenas uma, aumenta-se a intensidade emocional favorável a ajudar a maior quantidade de pessoas. Ou, caso se enfatize durante a exposição do dilema o sofrimento infligido à pessoa sacrificada com o propósito de salvar as demais, possivelmente menos indivíduos estariam dispostos a aprovar este sacrifício. Em suma, conforme se dê mais ênfase ao fato de salvar ou matar, mais a regra moral correspondente à ação enfatizada estará ativa no momento da produção do julgamento moral.

Aplicando esses fatores aos problemas do bondinho, pode-se dizer que o caso da Ponte, por exemplo, se trata de um caso paradigmático de homicídio, e a regra que o proíbe está mais emocionalmente presente do que a regra que determina ajudar as pessoas em risco. Além disso, a violência física direta e pessoal presente neste caso atrai a atenção dos participantes e ativa mais as suas emoções relacionadas a essa violência. A combinação destes elementos seria responsável por fazer com que a grande maioria dos indivíduos condene a ação de empurrar o homem obeso em direção ao veículo. Já o problema do Observador não representa um caso paradigmático de homicídio, e tampouco provoca uma carga emotiva com a intensidade do anterior, já que a pessoa sacrificada em prol das cinco vítimas não é agredida fisicamente de maneira direta. Além disso, o observador, Hank, não precisa intencionar a morte deste homem, tudo o que ele quer é desviar o caminho do bondinho, e a morte é um mero efeito colateral.

Também poderíamos aplicar esses mesmos fatores às demais variações do problema do bondinho formuladas por Mikhail e descritas no capítulo anterior. Por exemplo, no caso do Trilho em curva, a imagem de que uma pessoa seja utilizada para bloquear a passagem do bondinho é mais violenta e mais emocionalmente intensa, além de representar um caso mais paradigmático de homicídio que o caso anterior do observador, porque Ned tem a firme intenção de que o bondinho se choque contra a pessoa que se encontra sobre os trilhos, já que essa é a única forma de salvar as demais. Já no caso do Homem na frente, quando Oscar decide acionar a alavanca, a morte da pessoa que se encontra entre o bondinho e o objeto pesado é simplesmente um efeito colateral da decisão de desviar o bondinho para que este objeto o detenha. A aprovação à decisão de

Oscar é maior do que Ned porque não se trata de um caso tão paradigmático de homicídio como o anterior.

Faltaria ainda à teoria emocional de Prinz explicar por que a porcentagem de aprovação no caso do Homem na frente é um pouco menor do que no caso do Observador, já que em ambos a morte do homem sacrificado é um efeito colateral não intencionado pela pessoa que aciona a alavanca. Uma possível explicação seria a de que, no caso do Observador, a vítima morre da mesma forma que morreriam os outros cinco que foram salvos, enquanto, no caso do Homem na frente, ela é comprimida entre o bondinho e o objeto pesado, e a sua morte poderia atrair mais a atenção dos participantes das pesquisas e provocar suas emoções de maneira mais intensa.

Prinz reconhece que essas explicações são meramente tentativas, mas o seu objetivo é acima de tudo demonstrar que existem alternativas não-inatistas para interpretar os resultados obtidos nessas pesquisas, e que a GMU não é a única explicação disponível. De qualquer forma, ambas as explicações encontram-se num estágio inicial de desenvolvimento, e deveriam ser consideradas como opções válidas para compreender os mecanismos mentais de produção dos julgamentos morais⁶⁶.

3.5

Outras evidências empíricas que parecem apoiar a crítica emocional

Muitas pesquisas têm revelado uma relação direta entre as emoções e a moral, ajudando a comprovar empiricamente afirmações filosóficas há muito defendidas. A seguir encontram-se alguns exemplos de experimentos realizados nos últimos anos que vêm adquirindo relevância no debate entre a prevalência da razão e da emoção durante o processo de produção de julgamentos morais.

⁶⁶ Uma forma sugerida por Prinz para testar a procedência do modelo proposto por ele seria tentar manipular intencionalmente as emoções dos participantes dos experimentos ressaltando algumas ações como mais violentas ou mais pessoais, por exemplo e observar como essas alterações afetariam os resultados obtidos inicialmente.

a) Neurociência

Além das pesquisas conduzidas por Greene e outros para testar as áreas ativadas no cérebro durante o confronto com dilemas morais, outros experimentos foram realizados a partir da ressonância magnética que corroboram a tese de que as emoções constituem uma parte fundamental das intuições morais humanas.

Por exemplo, estudos realizados pelo neurocientista Jorge Moll e equipe demonstram que as áreas cerebrais responsáveis pelas respostas emotivas estão ativas quando os indivíduos avaliam se frases com conteúdo moral como “as leis podem ser violadas se necessário” devem ser consideradas como certas ou erradas. O mesmo não ocorreu quando o julgamento se referia a frases sem conteúdo dessa natureza, como “as pedras são feitas de água”⁶⁷.

Michael Koenigs e Liane Young⁶⁸ também conduziram uma célebre pesquisa com indivíduos que possuem lesão em uma região do cérebro chamada córtex pré-frontal ventromedial (CPFVM), que tem uma influência importante na produção de sentimentos pró-sociais, como culpa, compaixão e empatia. Nesse estudo, os pesquisadores descobriram que esses pacientes estão mais propensos a realizar escolhas utilitárias diante de dilemas morais, como o da Ponte, por exemplo.

Em outro experimento, Mario Mendez e colaboradores⁶⁹ apresentaram os problemas do bondinho a pacientes que possuíam uma síndrome clínica denominada demência frontotemporal (FTD), conhecida por causar o embotamento afetivo. Estes pacientes foram quase três vezes mais propensos a empurrar o homem obeso da ponte que os participantes normais não portadores da síndrome.

⁶⁷MOLL, J.; OLIVEIRA-SOUZA, R.; ESLINGER, P. J. Morals and the human brain: a working model. *Neuroport*, v. 14(3), 2003, p. 299-305.

⁶⁸KOENIGS, M. et. al. Damage to the prefrontal cortex increases utilitarian moral judgements. *Nature* 446, 2007, p. 908-911

⁶⁹MENDEZ, M. F.; ANDERSON, E.; SHAPIRA, J. S. An investigation of moral judgement in frontotemporal dementia. *Cognitive and Behavioural Neurology*, v. 18(4), 2005, p. 193-197.

b) A influência do ambiente: situacionismo

Outra fonte importante de evidências para as teorias que enfatizam o papel das emoções na constituição da moral são pesquisas que demonstram a influência do ambiente nas decisões morais. Todos os sentidos do corpo humano possuem uma relação direta com as emoções e os sentimentos. Quando alguém escuta uma música da sua banda favorita, isso certamente levanta o seu humor e, ao sentir o cheiro forte de esgoto, ele diminui. Assistir ao pôr-do-sol, em uma praia paradisíaca, com as carícias da pessoa amada provavelmente aumentará o ânimo, mas sentir o sabor do leite estragado deverá diminuí-lo.

Uma teoria que defenda que os julgamentos morais estão constituídos pelas emoções deve ser capaz de contemplar possíveis variações das sensações e do ambiente, e o seu impacto na natureza das intuições morais manifestadas. E tem sido exatamente essa a constatação de inúmeros pesquisadores que vêm realizando, ou analisando, experimentos que visam estudar a interferência do entorno nos julgamentos morais.

Um desses exemplos é o da moeda na cabine telefônica realizado por Alice Isen e Paula Levin⁷⁰. O famoso experimento demonstrou que o fato de as pessoas encontrarem uma moeda de US\$ 0,10 em um orelhão aumentava de 1/25 para 6/7 a sua disposição em ajudar um estranho que “acidentalmente” esbarrava nelas justo na saída da cabine, deixando uma pilha de papéis se espalharem no chão.

Em outro interessante experimento, Schnall, Haidt, e Clore⁷¹ apresentaram aos participantes um questionário com uma série de descrições curtas de situações com conteúdo moral relevante para que eles conferissem a cada uma o grau de desaprovação correspondente. Metade dos participantes estava sentada ao redor de

⁷⁰ ISEN, A. M.; LEVIN, P. F. Effect of feeling good on helping: Cookies and kindness. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 21, 1972, p. 384-388.

⁷¹ Schnall, S., Haidt, J., and Clore, G. Irrelevant disgust makes moral judgment more severe, for those who listen to their bodies, 2004, apud, SINNOT-ARMSTRONG, W.; YOUNG, L.; CUSHMAN, F. Moral Intuitions as Heuristics. Disponível em capricorn.bc.edu/moralitylab. Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

uma mesa bonita e limpa. A outra metade estava em uma mesa precária, com restos de comida, lenços de papel usados e copos com conteúdos bebidos pela metade. Como previsto, os indivíduos sentados à mesa bonita e limpa foram mais condescendentes no julgamento moral das situações apresentadas do que os participantes que estavam na outra mesa.

Um novo experimento foi realizado por Valdesolo e Desteno⁷², dessa vez aplicando os problemas do bondinho depois de induzir a produção de emoções positivas nos participantes. As pessoas sob essa condição experimental assistiram a um clipe bem humorado do programa de televisão norte-americano *Saturday Night Live* e os demais participantes assistiram a um filme neutro. Os dois grupos responderam de maneira similar ao problema do Observador, mas no problema da Ponte, os participantes do primeiro grupo se demonstraram quase três vezes mais propensos do que os demais a aprovar que se empurrasse o homem obeso. Segundo os pesquisadores, isso se deve a que as emoções positivas induzidas reduziram a percepção negativa do cenário da Ponte, favorecendo a decisão utilitarista.

Finalmente, uma pesquisa conduzida por Paul Bloom, David Pizarro e Yoel Inbar, cujos resultados acabam de ser publicados agora em 2012, demonstrou que indivíduos expostos a um odor forte e desagradável tendem a reagir de maneira mais negativa ao homossexualismo, especialmente o masculino. Os resultados encontrados reforçam, segundo os pesquisadores, a ideia de que a sensação de nojo desempenha um papel importante na produção de julgamentos morais⁷³.

c) Manipulação dos sentidos, manipulação da moral

Haidt e Wheatley hipnotizaram alguns participantes de um experimento para que eles sentissem uma sensação de nojo sempre que escutassem a palavra

⁷² VALDESOLO, P.; DESTENO, D. Manipulations of Emotional Context Shape Moral Judgment. *Psychological Science*, v. 17. n. 6, 2006, p. 476-477.

⁷³ INBAR, Y.; BLOOM, P. PIZARRO, D. Disgusting Smells Cause Decreased Liking of Gay Men. *Emotion*, v. 12, 2012, p. 23-27.

“frequentemente” (*often*)⁷⁴. Em seguida, apresentaram a essas pessoas situações morais positivas e negativas que continham em sua descrição a palavra “frequentemente” ou um sinônimo. Os participantes que tinham sido hipnotizados, ao escutar esta palavra, chegaram a desaprovar moralmente condutas de agentes que manifestavam um comportamento moralmente neutro. Por exemplo, quando apresentados ao caso de um estudante representante de classe que “frequentemente” levanta tópicos de discussão de interesse geral, alguns participantes hipnotizados afirmavam que havia algo de errado nessa atitude, mas não sabiam explicar por quê. Eles expressaram ideias como “parece que ele está armando alguma coisa”, “essa atitude é estranha e repulsiva”, ou “não sei explicar por que isso está errado, mas eu sei que está”. Essa pesquisa demonstra que um sentimento negativo pode favorecer um julgamento moral negativo mesmo que não tenha nenhuma relação com regras morais conhecidas.

d) Psicopatas

Um célebre estudo realizado com por Blair com psicopatas⁷⁵ fornece bons indícios de que as emoções não só participam do processo de formação das intuições morais como são indispensáveis para tanto.

Indivíduos com personalidade psicopática dificilmente apresentam sentimentos genuínos e têm dificuldade de sentir principalmente emoções negativas como medo e tristeza, entre outras. Outros sintomas deste distúrbio são a frieza, o egocentrismo, a falta de remorso ou culpa e a indiferença com relação aos sentimentos alheios. Eles têm até mesmo dificuldade em reconhecer nos demais expressões faciais e sonoras que indiquem a presença desses sentimentos. Essa insensibilidade ao sofrimento dos demais, somada ao fato de que sentem menos dor física do que as outras pessoas, dificultam o aprendizado de regras morais pela experiência das emoções e de castigos. Todo esse quadro faz com que os psicopatas geralmente manifestem comportamentos antissociais.

⁷⁴ WHEATLEY, T.; HAIDT, J. Hypnotically induced disgust makes moral judgments more severe. *Psychological Science*, v.16(10), 2005, p. 780-784.

⁷⁵BLAIR, R. J. R. et al. The development of psychopathy. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 47, 2006, p. 262–275

Uma possível explicação para este tipo de comportamento pode ser a dificuldade desses indivíduos em produzir julgamentos morais autênticos. Eles podem até mesmo aprender regras morais e respeitá-las, mas apresentam uma dificuldade quase insuperável de compreender o seu valor. De fato, as pesquisas conduzidas por Blair demonstram que os psicopatas reconhecem a existência de proibições morais, mas as compreendem como meras convenções sociais. Para eles, dizer que algo é moralmente errado significa o mesmo que afirmar que essa conduta foi proibida por uma autoridade.

Os estudos com indivíduos de personalidade psicopática corroboram a tese de que as emoções são indispensáveis para o desenvolvimento da capacidade de realizar julgamentos morais.

2.6

Teoria dualista contestada

A gramática moral universal e a teoria da dualidade de processos constituem duas abordagens das intuições morais radicalmente diferentes, seja para explicar as suas origens, a forma como elas são produzidas e o porquê de elas frequentemente não poderem ser justificadas com argumentos racionais conhecidos.

Ao confrontar a perspectiva de seu oponente, Mikhail desafia Greene a “devotar mais esforços para compreender as propriedades computacionais da cognição moral, além dos seus mecanismos subjacentes”⁷⁶. Além disso, Mikhail questiona o destaque que as emoções ocupam na teoria de Greene e o seu papel na formação das intuições morais. Greene, por sua vez, responde a essas críticas reforçando seus argumentos empíricos sobre a importância das emoções para os julgamentos morais, e invertendo o ônus da prova contra o seu adversário.

⁷⁶ MIKHAIL, J. Comment on Greene, p. 89. Disponível em <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-KantSoul.pdf>. Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

a) Emoções em foco

Mikhail questiona, entre outras coisas, que as diferenças entre os tempos de reação dos participantes sejam uma evidência do conflito entre uma resposta emocional e uma resposta cognitiva ao dilema moral. Para este autor, a GMU fornece uma explicação mais adequada para este fenômeno: para aprovar que o homem pesado seja atirado sobre os trilhos do bondinho no problema da Ponte, a pessoa precisaria superar um entendimento automático inicial de que esse ato constitui uma agressão física causada de forma direta e intencional, o que leva algum tempo. O mesmo não ocorreria, segundo Mikhail, no problema do Observador, já que neste caso não há uma posição inicial equivalente que gere um conflito deste tipo. Ou seja, haveria uma espécie de “dissonância cognitiva” no primeiro caso que não está presente no segundo.

Greene responde a essas críticas e reverte-a contra a própria teoria de Mikhail⁷⁷. Greene diz que essa explicação alternativa oferecida por seu adversário exigiria que o mesmo reconhecesse que existe algo mais, além da gramática moral, responsável por gerar os julgamentos morais. Isso porque a analogia linguística não prevê nenhuma espécie de mecanismo para a sobreposição dos princípios deontológicos gerados pela gramática moral. Ela parte do princípio que nossas intuições determinam acionar a alavanca e salvar as cinco vítimas em um caso, e a não empurrar um homem inocente no outro, mas não explicam que mecanismos computacionais estão ativos quando alguém decide da forma não convencional, seja para empurrar o homem obeso ou não puxar a alavanca. Admitir a existência de um elemento adicional para dar conta destas exceções significaria deturpar ou, minimamente, modificar a teoria de Mikhail, na forma como ela se encontra hoje.

A teoria da dualidade de processos de Greene, por outro lado, invoca um conflito entre uma resposta intuitiva emocional e outra cognitiva que seria responsável, não só por essa diferença nos tempos de reação encontradas, como

⁷⁷ GREENE, J. Reply to Mikhail and Timmons, p. 111. Disponível em <http://www.wjh.harvard.edu/~jgreene/GreeneWJH/Greene-KantSoul.pdf>. Acessado em 27 de fevereiro de 2012.

também por explicar a eventual ocorrência de respostas excepcionais em cada caso. Greene vai além e afirma que, se Mikhail está disposto a reconhecer que a gramática moral às vezes se vê obrigada a enfrentar algum tipo de conflito entre respostas internas ou externas a ela, essa visão se assemelharia em muito à própria teoria dualista de Greene. Isso porque ambos estão de acordo que casos como o da Ponte ativam certos mecanismos cerebrais que estimulam as pessoas a desaprovar esta ação de maneira rápida, automática e incisiva. O único ponto de disputa seria então a natureza “emocional” dessa reação. E para questionar essa associação com toda a evidência empírica que a suporta, caberia a Mikhail o ônus de provar o contrário.

b) Críticas metodológicas

Entre as críticas metodológicas dirigidas por Mikhail⁷⁸, está a de que os experimentos realizados por Greene sempre são apresentados aos participantes como se eles fossem os próprios agentes enfrentando o dilema em questão (“Você está sobre uma ponte quando vê um bondinho se aproximando...”), o que supostamente estimularia a carga emocional envolvida no caso em questão. Outra crítica dessa natureza é a de que Greene teria indagado os participantes se as ações em questão eram “apropriadas” ao invés de “moralmente permissíveis”, o que seria o mais adequado do ponto de vista da investigação do conhecimento deontológico.

Com relação a essas últimas críticas⁷⁹, Greene reconhece que possivelmente o fato de as suas pesquisas terem abordado os dilemas morais envolvendo os participantes diretamente na “segunda pessoa” pode ser mais “apelativo” às emoções. No entanto, o autor não considera que este fator desqualifique os resultados encontrados. Ele chama atenção, por exemplo, para o fato de que os resultados encontrados usando a segunda pessoa foram comparativamente equivalentes àqueles encontrados por Mikhail usando a terceira.

⁷⁸ MIKHAIL, J. Comment on Greene, p. 89-90.

⁷⁹ GREENE, J. Reply to Mikhail and Timmons, p. 113

Respondendo ao questionamento acerca do emprego do termo “apropriado” ao invés de “permissível”, Greene declara que, independentemente das suas pesquisas terem sondado ou não o conhecimento deontológico dos participantes como tal, o objetivo era o de provocá-los a manifestar julgamentos morais, da forma como pessoas comuns e leigas costumam fazê-lo. Este propósito, insiste o autor, não teria sido afetado pela utilização de uma ou outra expressão.

c) Tréplica final

Havendo respondido ao seu oponente, Greene reconhece que as ideias gerais por trás da teoria da gramática moral universal têm seu mérito e podem contribuir para entender os mecanismos pelos quais se produzem as emoções que dão origem às intuições morais. Ele desqualifica, contudo, a teoria de Mikhail em si, no estado em que se encontra, como uma teoria válida para explicar os julgamentos morais:

(...) está cada vez mais claro que as respostas emocionais intuitivas ocupam um lugar central na produção dos julgamentos morais (...). Também está cada vez mais claro que as considerações utilitaristas (...) podem competir e até mesmo se sobrepor a estas respostas emocionais intuitivas. Se essas afirmações são verdadeiras, a “gramática moral” de Mikhail não serve como uma teoria geral sobre os julgamentos morais, nem mesmo como uma teoria geral sobre os problemas do bondinho. Isso porque essa teoria considera as emoções como mero ruído (“falhas de desempenho”) e não contempla a existência de mecanismos de controle cognitivo de domínio geral que possam se sobrepor às respostas intuitivas⁸⁰. (tradução minha)

É crescente o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre o papel das emoções na emissão de julgamentos morais. Para que o projeto da analogia linguística possa continuar merecendo um espaço no debate sobre a natureza das intuições morais, será necessário enfrentar abertamente essa questão, seja para contemplar a hipótese de que as emoções tenham de fato uma função relevante neste processo, seja reunindo evidências adicionais consistentes para demonstrar o contrário.

* * *

⁸⁰ GREENE, J. Reply to Mikhail and Timmons, 114.